

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Cataratas do Iguaçu S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Cataratas do Iguaçu S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	2
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas
Cataratas do Iguaçu S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cataratas do Iguaçu S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independentes, que emitiu relatório de auditoria com data de 6 de abril de 2020, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

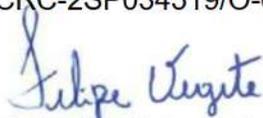
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Felipe Sant' Anna Vergete
Contador CRC-RJ106842/O-6

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.841	13.298	49.789	42.224
Contas a receber de clientes	5	3.226	7.592	11.609	19.554
Estoques	6	2.202	2.423	4.063	4.146
Adiantamento a terceiros		362	155	6.948	1.909
Debêntures a receber	12	-	-	-	90.000
Tributos a recuperar		2.604	333	5.701	609
Despesas antecipadas e outros		139	80	1.463	1.209
Total do ativo circulante		10.374	23.881	79.573	159.651
Debêntures conversíveis	17	-	54.450	-	-
Contas a receber de clientes	5	-	-	776	-
Partes relacionadas	17	19.699	8.867	896	1.302
Títulos da dívida do Estado	7	6.884	6.884	6.884	6.884
Depósitos judiciais		1.531	1.392	5.477	5.081
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	8.987	3.327	24.024	15.327
Direitos contratuais		-	-	84	1.374
		37.101	74.920	38.141	29.968
Investimentos	9	168.838	125.175	-	-
Imobilizado	10	657	2.838	103.792	109.121
Intangível	10	5.541	8.246	216.103	178.412
Total do ativo não circulante		212.136	211.179	358.035	317.501
Total do ativo		222.511	235.060	437.609	477.152

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	2.929	5.249	33.854	43.524
Fornecedores	11	2.391	4.645	7.464	12.945
Obrigações sociais a recolher	13	3.718	7.683	6.809	13.157
Tributos a recolher	14	2.475	6.995	3.762	9.852
Adiantamentos de clientes		848	498	3.642	3.879
Repasse a realizar	18 (b)	392	696	4.573	4.577
Passivos contratuais	15 (b)	19	-	1.815	920
		12.772	25.766	61.919	88.854
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	7.420	909	162.233	147.877
Tributos a recolher	14	5.771	7.384	9.685	11.089
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.818	1.818	1.818	1.818
Contingência	15 (a)	2.089	2.223	2.128	2.310
Partes relacionadas	17	20.340	65	106	32
Passivos contratuais	15 (b)	-	24	27.268	28.301
Outras contas a pagar		-	-	151	-
		37.438	12.423	203.389	191.427
Total do passivo		50.210	38.189	265.308	280.281
Capital social		94.943	94.943	94.943	94.943
Reservas	16 (a)	83.533	108.103	83.533	108.103
Ações em tesouraria		(6.175)	(6.175)	(6.175)	(6.175)
Total do patrimônio líquido		172.301	196.871	172.301	196.871
Total do passivo e patrimônio líquido		222.511	235.060	437.609	477.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita bruta	19	43.266	126.690	108.247	266.858
Impostos diretos e devoluções		(3.333)	(9.853)	(8.886)	(24.327)
Receita Líquida		39.933	116.837	99.361	242.531
Custo das vendas	20	(31.560)	(55.216)	(86.648)	(136.737)
Lucro bruto		8.373	61.621	12.713	105.794
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(26.381)	(33.521)	(34.401)	(54.741)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	1.867	978
Resultado de equivalência patrimonial	9	(5.151)	10.899	-	-
Resultado operacional		(23.159)	38.999	(19.821)	52.031
Despesas financeiras	21	(1.694)	(1.750)	(9.396)	(10.796)
Receitas financeiras	21	1.593	308	3.407	1.222
Resultado financeiro		(101)	(1.442)	(5.989)	(9.574)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(23.260)	37.557	(25.810)	42.457
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	(8.496)	(487)	(15.444)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	5.659	1.175	8.696	3.223
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(17.601)	30.236	(17.601)	30.236
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		-	-	(17.601)	30.236
Ações ordinárias em circulação no final do exercício (em milhares)		28.365	28.365	28.365	28.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cataratas do Iguaçu S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(17.601)	30.236	(17.601)	30.236
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(17.601)	30.236	(17.601)	30.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cataratas do Iguaçu S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)



	Nota	Reserva de Lucro					Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Investimento	Reserva de capital	Prejuízos acumulados			
Em 31 de dezembro de 2018	16	94.943	6.756	43.184	37.562	-	(6.175)	2.767	179.037
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	30.236	-	-	30.236
Constituição de reserva		-	1.596	28.640	-	(30.236)	-	-	-
Redução de reserva		-	-	-	(9.635)	-	-	(2.767)	(12.402)
Em 31 de dezembro de 2019		94.943	8.352	71.824	27.927	-	(6.175)	-	196.871
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(17.601)	-	-	(17.601)
Distribuição de dividendos (Nota 16c)		-	-	(7.000)	-	-	-	-	(7.000)
Opção de compra de ações (Nota 16e)		-	-	-	31	-	-	-	31
Absorção de prejuízo		-	-	(17.601)	-	17.601	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		94.943	8.352	47.223	27.958	-	(6.175)	-	172.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(23.260)	37.556	(25.810)	42.456
Ajustes			-	-
Depreciação e amortização	6.760	4.867	22.342	4.867
Juros de empréstimos e financiamentos	634	982	6.905	8.136
Contingências e demais provisões	(134)	1.510	(182)	1.597
Resultado equivalência patrimonial	5.150	(10.899)	-	-
Imposto de renda e CSLL diferido	-	1.175	-	3.223
	(10.851)	35.191	3.254	60.279
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	4.366	(1.086)	7.169	(1.358)
Estoques	221	712	83	2.472
Tributos a recuperar e depósitos judiciais	(2.410)	(92)	(5.488)	6.061
Outros ativos	(266)	176	(4.003)	(3.018)
Fornecedores	(2.254)	(18)	(5.481)	1.545
Obrigações sociais a recolher	(3.965)	2.246	(6.348)	3.718
Tributos a recolher	(6.133)	(835)	(7.494)	1.556
Outros passivos	41	(475)	(228)	(1.992)
Caixa proveniente das operações	(21.251)	35.819	(18.536)	69.263
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	(6.214)	(487)	(10.923)
Juros pagos	(713)	(978)	(9.281)	(7.727)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais	(21.964)	28.627	(28.304)	50.613
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(214)	(106)	(6.061)	3.110
Adição em ativos intangíveis	(1.660)	(1.989)	(45.287)	(32.657)
Partes relacionadas	9.443	(4.147)	480	3.279
Dividendos recebidos	11.105	7.857	-	-
Aumento de capital em controladas	(5.468)	(9.337)	-	-
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de investimentos	13.206	(7.722)	(50.868)	(26.268)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	18.380	-	154.435	44.294
Empréstimos e financiamentos, amortização	(14.110)	(9.587)	(60.729)	(29.300)
Opção de compra de ações	31	-	31	-
Diminuição da reserva de capital	-	(1.177)	-	(9.635)
Dividendos distribuídos aos acionistas	(7.000)	-	(7.000)	-
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(2.699)	(10.764)	86.737	5.359
Redução (geração) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(11.457)	10.141	7.565	29.704
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.298	3.157	42.224	12.520
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.841	13.298	49.789	42.224
Principais transações que não afetaram caixa				
Captação de debentures a receber				90.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Cataratas do Iguaçu S.A. ("Companhia" e conjuntamente com suas controladas, o "Grupo"), constituída em 18 de janeiro de 1999, iniciou suas operações em dezembro de 2000.

Atualmente, suas atividades consistem na operação, administração, manutenção, conservação, comercialização, modernização e uso econômico das áreas concedidas, em nome da concedente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para exploração do turismo no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu.

A concessão está firmada em dois contratos, como segue:

- Contrato 01/98 e aditivos - Concede os direitos descritos para as áreas do centro de visitantes, terminal de passageiros, transporte horizontal de visitantes e estacionamento de veículos do parque da Cataratas do Iguaçu. A partir do terceiro termo aditivo, o prazo da concessão do contrato foi ampliado até novembro de 2021.
- Contrato 02/98 e aditivos - Concede os direitos descritos nas atividades operacionais de alimentação, comercialização, serviços e edifícios ambientais relativamente aos espaços de Porto Canoas, Naipi e Tarobá. A concessão para exploração destas áreas é válida até novembro de 2021.

A Administração está obtendo resultados positivos em suas ações no processo de renovação da concessão da Cataratas do Iguaçu, dada a experiência de mais de 20 anos de gestão e administração do Parque em conjunto com o bom resultado apresentado nos últimos anos. A Administração entende que o Grupo possui recursos financeiros suficientes para continuar as atividades mesmo sem a renovação da concessão Cataratas do Iguaçu. Diante deste cenário, a Companhia entende que não existe incerteza material que coloque em dúvida a sua continuidade.

O Grupo detém, além da concessão do Parque Nacional das Cataratas, o controle de gestão dos seguintes projetos: Foz do Iguaçu, SC - 1 centro turístico; no Rio de Janeiro, RJ - 1 aquário, 1 parque natural e 1 zoológico e; Fernando de Noronha, PE - 1 parque natural.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2021.

Pandemia do Corona Vírus - COVID 19

Em dezembro de 2019, um novo agente denominado como novo Corona vírus "Covid-19", foi relatado na China. Com o crescimento exponencial dos casos de contaminação pelo Covid-19 em diversos países no mundo, a Organização Mundial de Saúde classificou o Covid-19, como uma pandemia e uma emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional.

No Brasil, visando controlar a contaminação e evitar um eventual colapso no sistema de saúde, as autoridades representantes dos Estados e Municípios, determinaram medidas de distanciamento

1. Informações gerais--Continuação

Pandemia do Corona Vírus - COVID 19--Continuação

social, as quais, entre outros, reduziram o horário de operação dos atrativos/parques, inclusive levando à suspensão das operações dos parques/atrativos por diferentes períodos de tempo e consequente interrupção do fluxo de visitação. O Grupo segue cumprindo estas medidas, em linha com as recomendações das autoridades de saúde e acompanhando as determinações dos decretos Estaduais e Municipais.

O Grupo criou um comitê de crise para: (i) Monitorar a evolução diária e os impactos da pandemia do COVID 19; (ii) Priorizar ações que preservem a saúde dos nossos associados e clientes; (iii) Endereçar as respostas necessárias à crise; (iv) Garantir que os nossos atrativos continuem a cumprir o seu papel social, fornecendo entretenimento necessários à população por meio dos atrativos seja de forma física e ou digital através de lives e ajustando nossas operações para melhor enfrentar os atuais desafios; (v) Estabelecer iniciativas colaborativas de forma a oferecer contribuições relevantes à sociedade neste momento difícil que vivemos; e (vi) Garantir uma comunicação consistente e fluida com os principais stakeholders, bem como estabelecer parcerias de impacto social com entes públicos e privados.

Os parques ficaram fechados de 4 a 6 meses dependendo das determinações das autoridades de cada município. Foram realizadas campanhas para o aumento da captação de visitantes locais e assim em nosso mix de visitação regional observamos um aumento comparado com o ano anterior.

Para garantir a segurança de associados e clientes, a Companhia ajustou a operação dos parques distribuindo álcool em gel, controlamos o fluxo de clientes de acordo com a capacidade de cada parque, além de criar um protocolo de boas práticas, "Protocolo Aurora", para promover medidas preventivas e monitorar possíveis casos.

Os impactos financeiros sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020, estão detalhados nas notas explicativas a seguir.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.2. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

A Companhia detém direta ou indiretamente 100% das ações de todas as suas investidas, sendo assim é considerado controladora de todas.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Consolidação--Continuação

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 consolidadas incluem:

Empresa	Controlada	% Participação	
		2020	2019
Paineiras Corcovado Ltda (*)	Direta	52%	52%
Espaço das Américas S.A.	Direta	100%	100%
Eco-Noronha S.A.	Direta	100%	100%
Aquário do Pantanal S/A(**)	Direta	100%	100%
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A	Direta	100%	100%
Eco-Iguaçu S/A	Direta	100%	100%
VIA GC Agência de Turismo S.A.(**)	Direta	100%	100%
AquaRio Aquário Marinho Rio de Janeiro S/A (*)	Indireta	33%	33%

(*) Eco-Iguaçu S/A detém 48% de participação em Paineiras Corcovado LTDA e 66,66% do AquaRio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S/A, sendo assim controlado pela Eco-Iguaçu S/A, que por sua vez é controlada integral da Cataratas do Iguaçu S/A;

(**) Via GC Agência de Turismo S/A e Aquário do Pantanal S/A estão em processo de cancelamento e não tem representatividade significativa no grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas e, também, a moeda de apresentação.

2.4. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período de divulgação.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, nem contabilidade de “hedge”.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa

2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente— Continuação

contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias: Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação

2.8. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, cujo valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.9. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura e para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com prazo de concessão.

2.10. Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável, sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação/amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamentos para projetos em construção de longo prazo, caso os critérios para reconhecimento sejam atendidos.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado e ou intangível o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido e passado o controle ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações - 25-40 anos
- Máquinas - 10-15 anos
- Veículos - 3-5 anos
- Móveis, utensílios e equipamentos - 3-8 anos

Os intangíveis relacionadas as concessões são amortizados pelo prazo de cada contrato de licitação.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação e amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

As melhorias e investimentos não reversíveis e não destinados a prestação de serviço de concessão, são registrados como ativos intangíveis. Sua amortização é registrada no resultado conforme período do contrato de concessão.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Provisões para perdas por redução do valor recuperável em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável, o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *redução ao valor recuperável* na data do balanço.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das

evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
		controladora e controladas Lucro real
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,6%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS são apresentados na linha de impostos e contribuições sobre vendas e serviços na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 25% e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação

2.15. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

O Grupo oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações cujas características patrimoniais estão descritas abaixo. As opções são alienadas, com pagamento à vista, ao seu valor justo, determinado com base em metodologia reconhecida, na data de cada outorga.

Cada opção adquirida dá ao seu proprietário o direito à aquisição de uma ação ordinária, por preço preestabelecido, na data de exercício da opção. O pagamento das ações, na data de exercício das opções, será também registrado a crédito do patrimônio líquido da Companhia. O valor justo das opções outorgadas não sofre alteração após a data da outorga.

O valor justo das opções outorgadas permanece o mesmo após a data da outorga. A divulgação dos detalhes dos planos de opção obedece às disposições de divulgação do CPC 10, apenas pelo direito de exercício da opção está condicionado à permanência dos executivos no Grupo. Os efeitos foram refletidos no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de capital”.

2.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia e de suas controladas.

2.17. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

O Grupo reconhece a receita quando: (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (III) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas, conforme descrição a seguir.

a) Venda de produto

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Reconhecimento de receita-- Continuação

As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo vende um produto para o cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre. As vendas são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão, de crédito ou débito.

b) Venda de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida na medida em que os serviços de apoio à visitação são executados na exploração das áreas do centro de visitantes, terminal de passageiros, trilhas, entre outros serviços de apoio à visitação, dado o contexto das concessões parte das vendas dos ingressos não são consideradas como receita do projeto e sim como repasses a realizar ao ente concedente, operacionalização e valores variam conforme contrato de concessão.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

2.19. Custo de empréstimos

Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos.

2.20. Receitas e despesas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios:

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais da Companhia uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 48, CPC 08, CPC 11 e CPC 06 (R2)

Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.

Alterações no CPC 25

Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).

Alterações no CPC 27

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Descrevemos abaixo as principais estimativas da Companhia:

a) Realização de créditos fiscais diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Estes prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Estas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 8.

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	233	1.466	782	2.830
Banco - conta movimento	3	12	22	25
Aplicações financeiras - Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	1.605	11.820	48.985	39.369
	1.841	13.298	49.789	42.224

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas a uma taxa efetiva média de 110% do CDI em 31 de dezembro de 2020.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Operadoras de cartão de crédito e sites parceiros de e-commerce	2.702	6.250	9.148	15.483
Operadoras de turismo	469	949	883	2.090
Outros clientes pessoas jurídicas	55	393	2.354	1.981
	3.226	7.592	12.385	19.554
Circulante	3.226	7.592	11.609	19.554
Não circulante	-	-	776	-

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aging:				
A vencer até 30 dias	2.913	6.378	5.301	13.744
A vencer até 60 dias	-	-	3.719	-
A vencer até 90 dias	-	425	1.217	4.039
A vencer a mais de 90 dias	-	-	776	-
Total de a vencer	2.913	6.803	11.013	17.783
Vencidos até 30 dias	7	607	1.058	1.405
Vencidos até 60 dias	306	182	314	366
Total de vencidos	313	789	1.372	1.771

Em decorrência da 11ª emissão de debêntures foi cedido como garantia a totalidade dos direitos creditórios de titularidade do Grupo, decorrentes da realização de transações de aquisição de serviços por ela oferecidos perante as credenciadoras de cartão de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi identificada pela administração necessidade de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

6. Estoques

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Souvenires	2.060	1.964	3.921	3.682
Gastronomia	142	459	142	459
Uso e consumo	-	-	-	5
	2.202	2.423	4.063	4.146

Os saldos de souvenirs e Gastronomia referem-se a produtos destinados à exploração comercial em pontos de visitação, valor apresentado encontra-se líquido de provisão de perda, sendo na controladora em Souvenires R\$29 (Não foi reconhecida perda em 2019); Gastronomia R\$61 (Não foi reconhecida perda em 2019) e na consolidada em Souvenires R\$215 (R\$90 em 2019); Gastronomia R\$61 (Não foi reconhecida perda em 2019).

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

7. Títulos da dívida do Estado

A Companhia possui precatórios a receber da Secretária de Fazenda do Estado do Paraná, tais precatórios foram adquiridos inicialmente com a finalidade de compensação dos débitos relacionados a ICMS. Em dezembro de 2009, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 62/2009, que alterou o regime de pagamento dos precatórios, e extinguiu a hipótese de compensação. Conseqüentemente, a Companhia cessou os pedidos de compensação, passando a efetuar o pagamento em dinheiro do ICMS devido, a partir de dezembro de 2009.

A Lei estadual nº 17.082/2012 criou a Câmara de Conciliação de Precatórios, com vistas à formalização de acordos diretos entre o Estado do Paraná e os contribuintes que possuem tributos pendentes de pagamento em razão dos pedidos de compensação ainda não finalizados. Desta forma, em 2012, a Companhia formulou requerimento junto à Câmara de Conciliação de Precatórios a fim de que seja liquidada a parcela devida de parcelamento de ICMS com os créditos de precatório de que é titular. O requerimento foi negado pelo Estado.

Hoje todo valor constante em nosso balanço aguarda a decisão de suas causas individuais, como um direito a ser realizado, não mais vinculados ao processo de compensação de valores de ICMS.

Em 31 de dezembro de 2020, tais precatórios, no valor de R\$6.884 (Em 31 de dezembro de 2019, R\$6.884), estão registrados a valor de custo ajustado por provisão, correspondendo a 60% do valor de aquisição (pago) do título. Esses precatórios estão sendo acompanhados por um escritório de advocacia especializado junto a Procuradoria Geral do Estado.

8. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social	22.102		61.133	25.642
Provisões diversas (Contingências, entre outros)	3.712	8.380	5.001	14.361
Provisão Pis e Cofins (*)	617	1.404	4.521	5.078
Base do crédito fiscal diferido ativo	26.431	9.784	70.655	45.081
Imposto de renda diferido ativo	6.609	2.446	17.665	11.270
Contribuição social diferida ativa	2.378	881	6.359	4.057
Total	8.987	3.327	24.024	15.327

(*) Referem-se a ação judicial para enquadramento das empresas como Parques Temáticos mudando assim a alíquota do Pis e Cofins, bem como da ação para exclusão do ICMS da base de Pis e Cofins.

9. Investimentos

a) Informações sobre investimentos em controladas(*)

	Controlada	Participação da Companhia	Capital social	PL	Lucro líquido (prejuízo)	Distribuição de dividendos	Saldo de investimento	Equivalência
Em 31 de dezembro de 2020								
Paineiras Corcovado Ltda	Direta	52% (**)	10.849	17.268	1.087	(1.047)	8.979	566
Espaço das Américas S.A	Direta	100%	18.808	9.286	(2.355)	-	9.286	(2.355)
Eco-Noronha S.A	Direta	100%	7.066	6.863	(640)	(2.249)	6.864	(641)
Aquário do Pantanal S/A	Direta	100%	1.066	990	-	-	990	-
RioZoo Zoologico do Rio de Janeiro S/A	Direta	100%	30.504	15.651	(4.997)	-	15.651	(4.997)
Eco-Iguaçu S/A	Direta	100%	40.687	43.197	1.434	(4.500)	43.197	1.434
Aquario Marinho Rio de Janeiro S/A	Indireta	33%**	33.398	35.002	2.526	(3.309)	11.666	842
Debentures a integralizar						-	54.450	-
Ajuste de avaliação a valor justo	Indireta					-	17.755	-
						(11.105)	168.838	(5.151)
Em 31 de dezembro de 2019								
Paineiras Corcovado Ltda	Direta	52% (**)	10.849	18.194	474	(301)	9.461	247
Espaço das Américas S.A	Direta	100%	18.808	11.641	(66)	-	11.641	(66)
Eco-Noronha S.A	Direta	100%	7.066	9.753	2.255	-	9.753	2.255
Aquário do Pantanal S/A	Direta	100%	1.066	990	(3)	-	990	(3)
RioZoo Zoologico do Rio de Janeiro S/A	Direta	100%	25.035	15.179	(4.485)	-	15.179	(4.485)
Eco-Iguaçu S/A	Direta	100%	40.687	46.261	9.096	(5.022)	46.261	9.096
Aquario Marinho Rio de Janeiro S/A	Indireta	33% (**)	33.398	42.406	11.572	(2.534)	14.135	3.855
Ajuste de avaliação a valor justo	Indireta					-	17.755	-
						7.857	125.175	10.899

(*) Via GC Agência de Turismo S.A encontra-se em processo de baixa e não possui valores patrimoniais ou de resultado.

(**) Indiretamente a companhia possui 100% dado que a participação complementar pertence a sua controlada integral Eco-Iguaçu.

9. Investimentos--Continuação

b) Outras informações relevantes sobre os investimentos

Controladas diretas e indiretas

Paineiras-Corcovado Ltda.

A Paineiras-Corcovado Ltda. foi constituída em 18 de abril de 2012. Suas atividades consistem na prestação de serviços de controle de acesso rodoviário e transporte de visitantes no trecho Paineiras - Corcovado, incluindo serviços de cobrança de ingressos, estacionamento de veículos, alimentação, lojas de conveniência e centro de visitação e eventos, em nome do concedente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, para exploração de áreas turísticas no Parque Nacional da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro.

A concessão está firmada no Contrato 001/2012, cuja vigência será de 20 anos, podendo ser prorrogado na forma definida no contrato, conforme interesse público, por mais cinco anos.

Em 5 de julho de 2018, a Eco-Iguaçu S.A., subsidiária integral da Cataratas do Iguaçu S.A. assinou o contrato de compra e venda de ações para adquirir 48% da Paineiras Corcovado Ltda. detidos pelos acionistas Bel-Tour Turismo e Transportes Ltda. e Esfeco Administração Ltda. Dessa forma, a Cataratas do Iguaçu S.A. passa a deter, indiretamente, 100% das quotas da Paineiras.

Espaço das Américas S.A.

A Espaço das Américas S.A. foi constituída em 3 de julho de 2015, tendo por finalidade as atividades de implantação, operação, administração, manutenção, conservação e desenvolvimento turístico do Marco das Três Fronteiras no município de Foz do Iguaçu, no Paraná. A concessão está firmada no Edital 004/2015, cuja vigência será de 15 anos, podendo ser prorrogado na forma definida no contrato.

Eco-Noronha S.A.

A Eco Noronha S.A. foi constituída em 30 de junho de 2015, tendo como objeto social a exploração dos serviços de apoio à visitação pública do Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha, em Pernambuco, cobrança de ingressos e exploração comercial de pontos de apoio à visitação do centro de visitantes. A concessão é válida até novembro de 2025, prorrogável por 5 anos.

9. Investimentos--Continuação

b) Outras informações relevantes sobre os investimentos--Continuação

Controladas diretas e indiretas--Continuação

Aquário do Pantanal S.A.

O Aquário do Pantanal S.A. foi constituída em 19 de dezembro de 2014, tendo por atividades a operação, manutenção e exploração do empreendimento público denominado Aquário do Pantanal, que consiste em uma galeria de aquários, em um centro de negócios e em um centro de conhecimento e divulgação científica da biodiversidade do Mato Grosso do Sul.

A concessão está firmada no contrato 001/2014, cuja vigência será de 25 anos após o término das obras, por responsabilidade do estado do Mato Grosso do Sul, podendo ser prorrogado na forma definida no contrato, conforme interesse público por mais 10 anos. Empresa fora de operação, aguardando a conclusão da obra.

RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A.

O RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. foi constituído em 9 de setembro de 2016, tendo por atividades a operação, manutenção e administração do zoológico do Rio de Janeiro, localizado na Quinta da Boa Vista. A concessão é válida por 35 anos.

Via GC Agência de Turismo S.A.

A Via GC Agência de Turismo S.A foi constituída em 23 de novembro de 2018, tendo por finalidade a prestação de serviços turísticos, na categoria de agência de viagem e turismo. A empresa ainda não está operando.

Eco Iguaçu S.A.

A Eco Iguaçu S.A. foi constituída em 2013, com o intuito de investir em novas aquisições do grupo, focando em novos negócios, sejam eles aquisições de empresas existentes ou o desenvolvimento de um novo projeto, configurando como uma holding de novos negócios.

Em 2018 adquiriu participação societária no AquaRio Aquário Marinho do Rio de Janeiro e na Paineiras Corcovado Ltda.

9. Investimentos--Continuação

b) Outras informações relevantes sobre os investimentos--Continuação

Controladas diretas e indiretas--Continuação

Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A.

Em 5 de julho de 2018 a Eco-Iguaçu S.A., subsidiária integral da Cataratas do Iguaçu S.A. assinou um contrato de compra e venda de ações para adquirir 66,7% do AquaRio Aquário Marinho do Rio S.A. ("AquaRio") e 48% da Paineiras Corcovado Ltda. detidos pelos acionistas Bel-Tour Turismo e Transportes Ltda. e Esfeco Administração Ltda. Dessa forma, a Cataratas do Iguaçu S.A. passou a deter, indiretamente, 100% das ações do Aqua-Rio.

O Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. (o "AquaRio"), constituído em 24 de julho de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a implantação, construção, manutenção e a operação de um museu de ciência denominado "Aquário Marinho da Cidade do Rio de Janeiro", cuja entrada em operação ocorreu em 9 de novembro de 2016.

O objetivo do AquaRio é operar um equipamento moderno e multifuncional de lazer, entretenimento, cultura, pesquisa e educação ambiental, criando a oportunidade da cidade do Rio de Janeiro oferecer a visita de um espaço único com atrações e tecnologias inovadoras.

Com 22 mil m² de área construída e 4,2 milhões de litros de água, é o maior aquário marinho da América do Sul e terá após maturação do plantel, aproximadamente, 8 mil animais de 350 espécies diferentes em exposição (não auditado).

Mantenedora

Instituto Conhecer para Conservar

A Associação Civil Instituto Conhecer para Conservar foi criado em 28 de julho de 2015, é uma associação sem fins lucrativos, econômicos, político-partidários ou religiosos, cuja finalidade é a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, da assistência social, cidadania, cultura e esporte, principalmente no âmbito da questão socioambiental.

A Cataratas do Iguaçu S.A foi admitida como associada mantenedora, em 5 de fevereiro de 2018, através da 4ª AGE do Instituto Conhecer para Conservar.

10. Imobilizado e intangível

a) Composição do saldo Imobilizado (Controladora)

Custo	Imobilizado Controladora					Total Imobilizado
	Edificações e benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	
Em 31 de dezembro de 2018	779	838	499	942	427	3.485
Transferências	(5)	-	-	5	-	-
Adições / Baixas	-	-	128	9	3	140
Em 31 de dezembro de 2019	774	838	627	956	430	3.625
Transferência	38	(838)	6	(625)	(410)	(1.829)
Adições / Baixas	30	-	170	14	14	214
Em 31 de dezembro de 2020	842	-	803	331	34	2.010
Depreciação	Edificações e benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	Total Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2018	(386)	-	(31)	(25)	4	(438)
Baixas	-	-	5	-	-	5
Depreciações	(183)	-	(137)	(28)	(6)	(354)
Em 31 de dezembro de 2019	(569)	-	(163)	(53)	(2)	(787)
Transferência	(41)	-	(34)	(65)	4	(136)
Depreciações	(175)	-	(207)	(40)	(8)	(430)
Em 31 de dezembro de 2020	(785)	-	(404)	(158)	(6)	(1.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	205	838	464	903	428	2.838
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57	-	399	173	28	657

10. Imobilizado e intangível--Continuação

b) Composição do saldo Intangível (Controladora)

Custo	Intangível Controladora			Total Intangível
	Software	Concessão	Ágio	
Em 31 de dezembro de 2018	1.082	58.002	17.755	76.839
Transferências			(17.755)	(17.755)
Adições / Baixas	550	1.345	-	1.895
Em 31 de dezembro de 2019	1.632	59.347	-	60.979
Transferência	(1)	1.829	-	1.828
Adições / Baixas	488	1.088	-	1.576
Em 31 de dezembro de 2020	2.119	62.264	-	64.383
Depreciação	Software	Concessão	Ágio	Total Intangível
Em 31 de dezembro de 2018	(472)	(47.803)	-	(48.275)
Baixas		55	-	55
Depreciações	(282)	(4.231)	-	(4.513)
Em 31 de dezembro de 2019	(754)	(51.979)	-	(52.733)
Transferência	(414)	549	-	135
Adições / Baixas		86	-	86
Depreciações	(485)	(5.845)	-	(6.330)
Em 31 de dezembro de 2020	(1.653)	(57.189)	-	(58.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	878	7.368	-	8.246
Saldo em 31 de dezembro de 2020	466	5.075	-	5.541

10. Imobilizado e intangível--Continuação

c) Composição do saldo Imobilizado (Consolidado)

Custo	Imobilizado Consolidado					Total Imobilizado
	Edificações e benfeitorias	Veículos	Animais	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	
Em 31 de dezembro de 2018	81.473	2.009	3.848	1.569	39.277	129.044
Adições / Baixas	3.513	(959)	387	209	39	3.929
Em 31 de dezembro de 2019	84.986	1.050	4.235	1.778	39.316	132.973
Transferência	160	(838)	-	(1.041)	(845)	(2.739)
Adições / Baixas	4.863	(50)	181	6	765	5.788
Em 31 de dezembro de 2020	90.009	162	4.416	743	39.236	136.022
Depreciação	Edificações e benfeitorias	Veículos	Animais	Móveis e Utensílios	Máquina e Equipamentos	Total Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2018	(6.969)	(1.080)	-	(84)	(8.144)	(16.498)
Transferência	(1.503)	(11)	(1.508)	(100)	(546)	(3.868)
Baixas	-	959	-	-	-	959
Depreciações	(1.986)	(31)	-	(132)	(2.115)	(4.445)
Em 31 de dezembro de 2019	(10.458)	(163)	(1.508)	(316)	(10.805)	(23.852)
Transferência	(30)	(2)	(1)	158	270	467
Baixas	-	50	-	5	-	273
Depreciações	(3.410)	(41)	(1.621)	(137)	(3.611)	(9.118)
Em 31 de dezembro de 2020	(13.898)	(156)	(3.130)	(290)	(14.146)	(32.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	74.528	887	2.727	1.462	28.511	109.121
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.111	6	1.286	453	25.090	103.792

10. Imobilizado e intangível--Continuação

d) Composição do saldo Intangível (Consolidado)

Custo	Intangível Consolidado			Total Intangível
	Software	Concessão	Ágio	
Em 31 de dezembro de 2018	2.456	195.607	17.756	215.819
Adições (Baixas)		3.482	35.517	38.999
Em 31 de dezembro de 2019	2.456	199.089	53.273	254.818
Transferência	72	2.669	-	2.741
Adições (Baixas) (*)	475	45.819	-	46.294
Em 31 de dezembro de 2020	3.003	247.577	53.273	303.853
Depreciação	Software	Concessão	Ágio	Total Intangível
Em 31 de dezembro de 2018	(1.204)	(63.049)	-	(64.253)
Impairment	-	(1.794)	-	(1.794)
Transferência	17	3.851	-	3.868
Baixas		369	-	369
Depreciações	97	(14.693)	-	(14.596)
Em 31 de dezembro de 2019	(1.090)	(75.316)	-	(76.406)
Impairment	-	1.794	-	1.794
Transferência	(421)	(50)	-	(471)
Baixas	88	469	-	557
Depreciações	(674)	(12.550)	-	(13.224)
Em 31 de dezembro de 2020	(2.097)	(85.653)	-	(87.750)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.366	123.773	53.273	178.412
Saldo em 31 de dezembro de 2020	906	161.924	53.273	216.103

(*) A adição ocorrida em 2020 corresponde a Concessão do BioParque.

Os valores registrados em concessão referem-se a direitos de exploração de infraestrutura e faz parte da concessão, cujos serviços operados pela Companhia são regulados pela concedente (setor público).

A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura da concessão para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. Nesse contexto, a Companhia recebeu um ativo intangível - um direito de cobrar pelo uso do ativo do setor público que construir ou aperfeiçoar e em seguida operar e manter por um período específico.

11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores no valor de R\$2.391, no consolidado R\$7.464 (em 31 de dezembro de 2019, R\$4.645, no consolidado R\$12.945) se referem a obrigações a pagar para atividades recorrentes e operacionais da empresa, incluindo prestação de serviços, compra de mercadorias para revenda e aquisição de bens para o ativo intangível e imobilizado.

12. Empréstimos e financiamentos

Controladora						
Modalidade	2019	Adições / Aquisições (+) / Baixas (-)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2020
Finame	504	-	(504)	(7)	7	-
Leasing	104	-	(67)	(9)	10	38
Capital de giro	-	18.380	(9.000)	(512)	516	9.384
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	5.550	-	(4.539)	(185)	101	927
	6.158	18.380	(14.110)	(713)	634	10.349
Circulante	5.249					2.929
Não circulante	909					7.420
						<u>7.464</u>
Consolidado						
Modalidade	2019	Adições / Aquisições (+)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	2020
Finame	504	-	(504)	(7)	7	-
Leasing	189	-	(151)	(28)	28	38
Capital de giro	-	38.380	(9.000)	(512)	607	29.475
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	20.855	-	(19.819)	(311)	202	927
Finep	7.136	-	(1.522)	(408)	371	5.577
BNDES	23.446	26.055	(476)	(1.245)	3.077	50.857
Ponte BNDES	30.167	-	(10.000)	(1.218)	1.124	20.073
Debêntures não-conversíveis públicas	109.104	-	(19.257)	(5.552)	4.845	89.140
	191.401	64.435	(60.729)	(9.281)	10.261	196.087
Circulante	43.524					33.854
Não circulante	147.877					162.233
						<u>199.691</u>

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Modalidade	2018	Controladora			2019
		Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	
Finame	1.261	(758)	(29)	30	504
Leasing	167	(62)	(13)	12	104
Capital de giro	6.554	(6.500)	(438)	384	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	7.759	(2.267)	(498)	556	5.550
	<u>15.741</u>				<u>6.158</u>
Circulante	9.629				5.249
Não circulante	<u>6.112</u>				<u>909</u>

Modalidade	2018	Consolidado				2019
		Adições / Aquisições (+)	Pagamento de principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	
Finame	1.260		(757)	(29)	30	504
Leasing	354		(161)	(34)	31	189
Capital de giro	6.554		(6.500)	(438)	384	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	30.734		(9.886)	(2.287)	2.295	20.855
Finep	8.667		(1.520)	(571)	561	7.136
BNDES	9.868	14.294	(952)	(1.244)	1.480	23.446
Ponte BNDES		30.000		(885)	1.052	30.167
Debêntures não-conversíveis públicas	<u>28.561</u>	<u>90.000</u>	<u>(9.524)</u>	<u>(2.239)</u>	<u>2.306</u>	<u>109.104</u>
	<u>85.998</u>					<u>191.401</u>
Circulante	30.367					43.524
Não circulante	<u>55.631</u>					<u>147.877</u>

a) Informações sobre os empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos possuem vencimento máximo em julho de 2028, com juros pré-fixados que variam de 8,47% ao ano até 13,02% ao ano, e operações pré-fixadas e pós fixadas que variam de 1,00% ao ano até 2,90% ao ano e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou 100% da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) respectivamente, e parcelas com vencimento mensal, trimestral e semestral, taxas praticadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures

Em dezembro de 2019 a controlada Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. procedeu com a 11ª emissão de debêntures não conversíveis, no valor de R\$90.000, com recebimento líquido dos recursos apenas em janeiro de 2020 e provisionadas no balanço de 2019, devido a exigência de quitação das debentures não conversíveis anteriormente existentes à época. As 11 debêntures captadas pela companhia possuem com custo pós-fixado de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e custo pré-fixado médio de 2,65% ao ano para as não conversíveis (1ª e 11ª) e custo médio pré-fixado de 9,2% para as conversíveis (com acionistas). Com as garantias a seguir para 11ª emissão de debêntures: (1) Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A. (2) Fiança cedida pelo Grupo Cataratas.

No período de abril de 2019 até outubro de 2020 a controlada RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A. fez a captação de 5 (cinco) desembolsos de financiamentos junto ao Banco

c) Adições e aquisições de empréstimos e financiamentos:

Ao longo do exercício de 2020 a Controladora fez a captação de R\$ 18.380 e suas controladas Aqua-Rio R\$ 10.000 e RioZoo R\$ 10.000. Com custos que variam de custo pós-fixado de 100% de CDI mais custo pré-fixado em 3,92% a.a. a apenas custos pré-fixados.

Durante o exercício de 2020 a controlada Riozoo firmou um contrato junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no montante total de R\$26.055, com custo pós-fixado de 100% da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e custo pré-fixado em 2,90% ao ano. Com as garantias a seguir: (1) Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A e (2) Fiança bancária.

d) Cláusulas restritivas ("covenants")

- (1) A emissão da 11ª debêntures não conversíveis, em dezembro de 2019, no valor de R\$90.000 pela controlada Aqua-Rio Aquário Marinho do Rio de Janeiro S.A, possui cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros. Cláusulas restritivas estas não exigíveis em 2020.

13. Obrigações sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e bonificações a pagar	1.722	5.126	2.880	8.374
INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a pagar	613	379	1.225	911
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) a pagar	115	213	219	334
Provisão para férias e 13º salário	1.239	1.908	2.444	3.464
Outras obrigações trabalhistas	29	57	41	74
	3.718	7.683	6.809	13.157

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS parcelamento	5.895	7.506	5.895	7.506
PIS e COFINS a recolher	1.654	1.821	6.017	6.418
IRRF a recolher	255	486	400	677
PIS e COFINS ação judicial	192	136	198	173
ICMS a recolher	123	1.769	322	2.246
ISSQN a recolher	127	379	613	1.067
IRPJ e CSLL a pagar	-	2.282	2	2.854
	8.246	14.379	13.447	20.941
Circulante	2.475	6.995	3.762	9.852
Não circulante	5.771	7.384	9.685	11.089

15. Provisão para ações judiciais

a) Contingência jurídica

Em 31 de dezembro de 2020, a administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende ser necessário atualizar a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos cíveis e trabalhistas, classificados como prováveis, conforme quadro:

Classificação provável

	Controladora				Consolidado			
	2018	Constituídas	Baixadas	2019	2018	Constituídas	Baixadas	2019
Cível	-	6	-	6	-	39	-	39
Tributário	702	-	-	702	702	-	-	702
Trabalhista	11	1.504	-	1.515	11	1.558	-	1.569
	713	1.510	-	2.223	713	1.597	-	2.310

15. Provisão para ações judiciais—Continuação

a) Contingência jurídica--Continuação

	Controladora				Consolidado			
	2019	Constituídas	Baixadas	2020	2019	Constituídas	Baixadas	2020
Cível	6	-	-	6	39	-	(33)	6
Tributário	702	-	-	702	702	-	-	702
Trabalhista	1.515	245	(379)	1.381	1.569	247	(396)	1.420
	2.223	245	(379)	2.089	2.310	247	(429)	2.128

Classificação possível

Apresentamos abaixo os valores correspondentes à classificação possível em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cível	25	83	291	123
Tributária	-	1.338	-	1.338
Trabalhista	407	27	590	125
	432	1.448	881	1.586

b) Passivos contratuais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bel-Tour Turismo e Transporte LTDA	-	-	13.634	13.270
Esfeco Administração LTDA	-	-	13.634	13.270
Fianças a pagar	19	24	1.815	2.681
	19	24	29.083	29.221
Circulante	19	-	1.815	920
Não circulante	-	24	27.268	28.301

Em 31 de dezembro de 2019, a administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos, procedeu com a realocação do passivo contratual existente para o passivo não circulante, relacionado à aquisição de cotas acionárias pertencentes a Esfeco Administração Ltda. e Bel-Tour Turismo e Transporte Ltda., devido ao litígio com expectativa de resolução superior a 24 meses. Posição que se mantém em 31 de dezembro de 2020.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social é de R\$94.943 e está dividido em 28.364.976 de ações ordinárias, no valor médio unitário de R\$3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) cada.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, não houve constituição de reserva em 2020 (R\$1.596 constituído em 2019). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Distribuição de dividendos

Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 75% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. A Controladora distribuiu R\$7.000 em 2020 (não distribuiu dividendos no ano de 2019), conforme Ata de Reunião Societária ocorrida em março de 2020.

d) Ações em tesouraria

Conforme disposto em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2017, foi aprovado a aquisição pela Companhia para permanência em tesouraria e posterior cancelamento de 741.936 ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, posição que se mantém.

e) Plano de opções - subscrição de ações da Controladora (Cataratas do Iguaçu S/A)

A Companhia disponibiliza, aos seus administradores, executivos, empregados e prestadores de serviços, planos de subscrição de ações, sendo estes o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia "Plano de Opção", aprovado na Assembleia de Acionistas realizada em 31 de dezembro de 2019.

Os principais objetivos dos programas são o de estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas.

Em janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a outorga do 1º e 2º programa do lote de opções no âmbito do Plano de Opção, dando direito à opção de compra ou subscrição

16. Patrimônio líquido--Continuação

e) Plano de opções - subscrição de ações da Controladora (Cataratas do Iguaçu S/A) -- Continuação

de 1.148.782 e 85.095 ações ordinárias de emissão da Companhia, respectivamente, porém seu exercício está condicionado a ocorrência de determinados eventos de liquidez previstos nos contratos de outorga das opções.

Programa Tipo	2020 1º programa			2020 2º Programa
	A	B	C	
Data reunião Comitê - Aprovação do programa	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Quantidade de ações ON outorgados	751.672	141.825	255.285	85.095
Início do período de vesting	jan/20	jan/20	jan/20	jan/20
Final do período de vesting	jan/20	mar/21	set/22	jan/20
Data de outorga	jan/20	jan/20	jan/20	jan/20
	Imediato	60% imediato 20% mar/20 20% mar/21	40% imediato 20% set/20 20% set/21	imediato
Período de vesting			20% set/22	

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em Ações, a Companhia reconheceu no Patrimônio Líquido R\$ 31 correspondente ao pagamento da opção.

A Companhia não teve impactos ao resultado no período findo em 31 de dezembro de 2020 com seus planos de opções de compra de ações, devido a sua característica patrimonial e não remuneratória.

Em conformidade com o item 45 do CPC 10 (R1), informamos que a quantidade de Opções Outorgadas no exercício de 2020 equivale à 1.233.877, com o preço médio de R\$ 10,57, das quais 1.103.398 já estão vestidas.

17. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas da Companhia referem-se basicamente a mútuos. As operações com partes relacionadas da Companhia referem-se basicamente a mútuos não remunerados, pactuados entre a Companhia e suas controladas. As operações e negócios com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes para os respectivos tipos de operações, ou mediante pagamento compensatório condizente com a natureza de cada operação, com vencimentos futuros ao longo do ano de 2021.

a) Debêntures (Controladora e Consolidado)

O Aqua-Rio realizou a emissão de debêntures públicas não conversíveis, além de 9 emissões de debêntures privadas para os seus acionistas, com taxa média de 9,6% a.a. para captação dos recursos necessários para o investimento inicial. Segue abaixo tabela com detalhes por emissão:

17. Partes relacionadas—Continuação

a) Debêntures (Controladora e Consolidado) --Continuação

Modalidade	Emissão	Séries	Data	Valor
Debêntures conversíveis em ações	2ª emissão	3	Abril/2015	13.000
Debêntures conversíveis em ações	3ª emissão	8	Setembro/2015	16.400
Debêntures conversíveis em ações	4ª emissão	2	Dezembro/2015	7.000
Debêntures conversíveis em ações	5ª emissão	2	Março/2016	7.000
Debêntures conversíveis em ações	6ª emissão	2	Maió/2016	8.000
Debêntures conversíveis em ações	7ª emissão	2	Junho/2016	4.000
Debêntures conversíveis em ações	8ª emissão	2	Julho/2016	6.000
Debêntures conversíveis em ações	9ª emissão	6	Setembro/2016	13.500
Debêntures conversíveis em ações	10ª emissão	2	Outubro/2016	2.000

As debentures conversíveis estão registradas como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital a ser convertido, em 187.343.789 ações ordinárias, em janeiro de 2021, passando a partir deste momento a Cataratas do Iguaçu S.A a configurar como acionista majoritário do Aqua-Rio.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores estatutários da Cataratas do Iguaçu S.A. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	2020	2019
Honorários da administração	5.343	2.943

Os benefícios incluem remuneração fixa e variável (pró-labore, prêmio e Bônus).

c) Mútuos longo prazo (ativo não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aquario do Pantanal S.A.	2	2	-	-
Eco-Noronha S.A.	115	54	-	-
Joalheria SCP	884	1.296	884	1.296
Paineiras Corcovado Ltda	10.587	4.049	-	-
Espaço das Américas S.A.	3.705	-	-	-
RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A.	-	2.466	-	-
Instituto Cataratas	12	-	12	-
Eco-Iguaçu	4.394	1.000	-	-
Outros	-	-	-	6
Total das partes relacionadas	19.699	8.867	896	1.302

17. Partes relacionadas--Continuação

d) Mútuos longo prazo (passivo não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aqua-Rio Aquario Marinho do Rio de Janeiro S.A.	20.234	9	-	-
Joalheria SCP	106	32	106	32
Eco-Noronha S.A.	-	24	-	-
Total das partes relacionadas	20.340	65	106	32

18. Obrigações com o Poder Concedente

a) Outorga

Em conformidade com os Contratos de Concessão, as concessionárias devem pagar às concedentes, a saber: ICMBio-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu/Secretaria Municipal de Turismo e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas uma outorga mensal. Outorga consiste na cessão de algo em prol do direito de exploração. As operações do Grupo consistem em grande parte de concessões, as quais possuem uma outorga percentual sobre algumas de suas receitas.

	% Aplicado	Cataratas do Iguaçu		Paineiras Corcovado		Espaço das Américas		RioZoo	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita Bruta		43.266	126.690	13.707	32.838	9.499	19.514	203	2.776
Receitas isentas		(13.171)	(40.931)	(1.843)	(3.791)	(2)	(98)	-	-
Base Outorga		30.095	85.759	11.864	29.047	9.497	19.416	203	2.776
Outorga Federal	3% - 6%	1.320	3.684	606	1.484	-	-	-	-
Outorga Municipal	5% - 12%	-	-	-	-	475	971	10	139
Outorga registrada sobre base isenta		-	-	(498)	-	-	-	-	-
Total de outorga recolhida		1.320	3.684	606	1.484	475	971	10	139
Visitação		658.367	2.020.358	547.487	1.052.551	194.947	453.443	-	170.211

b) Repasse

Alguns contratos de Concessão também preveem o repasse das vendas de Bilheteria que variam de 3% a 51% de acordo com a categoria de visitante.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contrato ICMBio	251	501	3.647	3.936
Contrato Prefeitura	-	-	60	110
Outros repasses	141	195	866	531
Total de repasses	392	696	4.573	4.577

19. Receita

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas				
Bilheteria	14.867	45.440	53.270	124.511
Revenda de mercadorias	17.296	51.174	30.504	82.514
Serviços de transporte interno	7.009	21.273	14.377	40.371
Serviços adicionais	4.043	8.708	5.733	13.220
Serviços terceirizados	30	61	3.386	4.183
Patrocínio	21	34	977	2.059
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(3.333)	(9.853)	(8.886)	(24.327)
Receita líquida	39.933	116.837	99.361	242.531

20. Custos e despesas por natureza

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Gastos com pessoal		(22.134)	(29.410)	(39.357)	(53.980)
Produtos, materiais e utilidades		(9.780)	(22.478)	(23.368)	(44.818)
Depreciação e amortização		(6.761)	(4.867)	(22.342)	(19.041)
Serviços contratados		(16.260)	(22.867)	(31.482)	(59.960)
Outros impostos e taxas		(128)	(110)	(382)	(357)
Doações		(407)	(791)	(491)	(1.161)
Viagens e estadias		(864)	(2.143)	(1.278)	(3.208)
Outorga	18(a)	(1.320)	(3.684)	(1.913)	(6.278)
Contingências		134	(2.223)	182	(2.310)
Outros gastos		(421)	(164)	(618)	(365)
		(57.941)	(88.737)	(121.049)	(191.478)
Custo das vendas		(31.560)	(55.216)	(86.648)	(136.737)
Despesas gerais e administrativas		(26.381)	(33.521)	(34.401)	(54.741)
		(57.941)	(88.737)	(121.049)	(191.478)

21. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Créditos tributários	-	7	-	60
Rendimentos de aplicações financeiras	98	144	1.784	966
Desconto obtido (*)	1.470	7	1.569	60
Outras receitas financeiras	25	150	54	136
	1.593	308	3.407	1.222
Despesas financeiras				
Multa de mora	(805)	(385)	(1.688)	(2.011)
Despesas bancárias	(62)	(61)	(292)	(247)
Imposto sobre operação financeira	(9)	(43)	(31)	(110)
Juros de empréstimos e financiamentos	(634)	(982)	(6.905)	(6.721)
Outras despesas financeiras	(184)	(279)	(480)	(1.707)
	(1.694)	(1.750)	(9.396)	(10.796)

(*) Corresponde ao parcelamento de ICMS.

22. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes dos tributos	(23.260)	37.557	(25.810)	42.457
Prejuízo antes dos tributos	(23.260)	-	(29.152)	(6.875)
Lucro antes dos tributos	-	37.557	3.342	49.332
Resultado de equivalência patrimonial	5.151	(10.899)	-	-
Adições/exclusões	(3.993)	(475)	(1.770)	5.294
Base ajustada de IRPJ e CSLL	(22.103)	26.183	(27.580)	47.751
Alíquota IRPJ e CSLL nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL apurados antes do PAT	-	(8.878)	(513)	(16.235)
Deduções do IRPJ a recolher	-	382	26	791
IRPJ e CSLL corrente	-	(8.496)	(487)	(15.444)
IRPJ e CSLL diferido	5.659	1.175	8.696	3.223
Alíquota efetiva	24,33%	19,49%	31,81%	28,78%

23. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é

realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras conceituadas e consideradas de risco baixo pelos analistas de mercado. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da concentração de valores em instituições financeiras, por meio de suas adquirentes de cartões de crédito e débito. Em 31 de dezembro de 2020 não houve concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de preço baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Ativos	Nível	Controladora				Consolidado			
		Valor contábil		Valor Justo		Valor contábil		Valor Justo	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Mensuradas ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.841	13.298	1.841	13.298	49.789	42.224	49.789	42.224
Mensuradas ao custo amortizado									
Adiantamento a terceiros	2	362	155	362	155	6.948	1.909	6.948	1.909
Partes relacionadas	2	19.699	8.867	19.699	8.867	980	1.302	980	1.302
Contas a receber de clientes	2	3.226	7.592	3.226	7.592	11.609	19.554	11.609	19.554
Despesas antecipadas e outros	2	139	80	139	80	1.463	2.583	1.463	2.583
Debentures	2	-	54.450	-	54.450	-	90.000	-	90.000
		25.267	84.442	25.267	84.442	70.789	157.572	70.789	157.572
Passivos									
Mensuradas ao custo amortizado									
Empréstimos e financiamentos	2	10.349	6.158	10.349	6.158	196.087	191.401	196.087	191.401
Fornecedores	2	2.391	4.645	2.391	4.645	7.464	12.945	7.464	12.945
Adiantamento de clientes	2	848	498	848	498	3.642	3.879	3.642	3.879
		13.588	11.301	13.588	11.301	207.193	208.225	207.193	208.225

A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

24. Informações por segmento

a) Resumo das informações financeiras de cada uma de nossas operações

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

i) *Balanco patrimonial*

	Paineiras Corcovado		Eco-Noronha		Espaço das Américas		RioZoo		Outros	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	1.759	3.181	324	3.355	3.400	2.039	22.205	8.122	20.261	12.228
Contas a receber de clientes	2.106	3.138	953	1.307	967	1.246	142	1.011	4.290	5.267
Estoques	480	473	-	5	388	491	245	2	748	752
Adiantamento a Terceiros	30	19	124	80	1	1	6.022	1.034	408	622
Debêntures a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	0	90.000
Tributos a recuperar	508	66	326	42	249	40	44	68	1.970	58
Outros ativos	3	18	3	5	4	6	1.186	1.001	128	377
Total do ativo circulante	4.886	6.895	1.730	4.794	5.009	3.823	29.844	11.238	27.805	109.304
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	776	-	0	0
Partes relacionadas	1	-	-	24	-	-	31	2	72.092	1.012
Depósitos judiciais	851	826	413	401	638	509	302	291	1.742	1.661
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.474	2.143	598	254	4.640	3.457	7.538	5.029	785	1.117
Direitos contratuais	-	-	-	-	-	-	-	1.374	84	0
	2.326	2.969	1.011	679	5.278	3.966	8.647	6.696	74.703	3.790
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	67.143	72.523
Imobilizado	-	484	-	204	-	-	-	-	103.135	105.596
Intangível	37.766	36.932	6.052	6.360	19.958	23.015	92.357	49.414	1.154	1.172
Total do ativo circulante	40.092	40.385	7.063	7.243	25.236	26.981	101.004	56.110	246.135	183.081
Total do ativo	44.978	47.280	8.793	12.037	30.245	30.804	130.848	67.348	273.940	292.385

24. Informações por segmento--Continuação

a) Resumo das informações financeiras de cada uma de nossas operações--Continuação

i) Balanço patrimonial--Continuação

	Paineiras Corcovado		Eco-Noronha		Espaço das Américas		RioZoo		Outros	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Passivo Circulante										
Empréstimos e financiamentos	-	15.305	-	85	4.344	3.497	26.461	283	119	19.104
Fornecedores	980	1.872	201	311	381	948	1.137	544	2.373	4.626
Obrigações sociais a recolher	346	1.153	317	684	274	598	780	1.108	1.374	1.934
Tributos a recolher	216	472	86	345	140	278	176	277	670	1.484
Adiantamentos de clientes	811	434	307	295	299	498	256	244	1.121	1.909
Repasse a realizar	4.074	3.600	91	109	91	174	1	3	0	0
Passivo contratuais	-	277	-	-	-	-	1.796	920	0	0
Total do passivo circulante	6.427	23.113	1.002	1.829	5.529	5.993	30.607	3.379	5.657	29.057
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	10.200	12.674	45.545	44.294	99.066	144.450
Tributos a recolher	846	861	413	401	625	496	291	289	1.739	1.659
Partes relacionadas	20.404	5.049	515	54	4.605	-	38.600	2.466	6.538	1.002
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	150	-	31	0
Contingências jurídicas	33	62	-	-	-	-	4	4	2	21
Passivo contratuais	-	-	-	-	-	-	-	1.737	27.268	26.539
Total do passivo não circulante	21.283	5.972	928	455	15.430	13.170	84.590	48.790	134.644	173.671
Total do passivo	27.710	29.085	1.930	2.284	20.959	19.163	115.197	52.169	140.301	202.728
Patrimônio líquido										
Capital social	10.849	10.849	7.066	7.066	18.808	18.808	30.504	25.035	75.151	75.151
Reservas	6.419	7.346	(203)	2.687	(9.522)	(7.167)	(14.853)	(9.856)	58.488	14.506
Total do patrimônio líquido	17.268	18.195	6.863	9.753	9.286	11.641	15.651	15.179	133.639	89.657
Total do passivo e patrimônio líquido	44.978	47.280	8.793	12.037	30.245	30.804	130.848	67.348	273.940	292.385

24. Informações por segmento--Continuação

a) Resumo das informações financeiras de cada uma de nossas operações--Continuação

ii) *Demonstração do resultado*

	Paineiras Corcovado		Eco-Noronha		Espaço das Américas		RioZoo		Outros	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita bruta	13.707	32.839	3.774	14.565	9.499	19.514	203	2.776	37.797	70.475
Impostos diretos e devoluções	(745)	(2.653)	(288)	(1.749)	(1.231)	(2.826)	(24)	(276)	(3.264)	(6.971)
Receita líquida	12.962	30.186	3.486	12.816	8.268	16.688	179	2.500	34.533	63.504
Custo das vendas	(12.156)	(23.047)	(3.783)	(7.795)	(9.655)	(13.931)	(5.210)	(6.003)	(24.285)	(26.581)
Resultado bruto	806	7.139	(297)	5.021	(1.387)	2.757	(5.031)	(3.503)	10.248	36.923
Receitas (despesas) operacionais										
Despesas gerais e administrativas	(757)	(3.219)	(623)	(1.675)	(879)	(1.138)	(2.389)	(2.182)	(3.372)	(17.168)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.823	(1.794)	44	-	-	6	-	-	0	2.767
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	2.206	7.943
Resultado operacional	1.872	2.126	(876)	3.346	(2.266)	1.625	(7.420)	(5.685)	9.082	30.465
Despesas financeiras	(200)	(1.846)	(128)	(76)	(1.334)	(1.762)	(138)	(1.286)	(5.901)	(4.075)
Receitas financeiras	83	179	20	62	63	33	52	202	1.596	439
Despesas financeiras, líquidas	(117)	(1.667)	(108)	(14)	(1.271)	(1.729)	(86)	(1.084)	(4.305)	(3.636)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.755	459	(984)	3.332	(3.537)	(104)	(7.506)	(6.769)	4.777	26.829
Imposto de renda e contribuição social	-	(618)	-	(1.182)	-	(38)	-	-	(485)	(5.110)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(669)	635	344	104	1.182	76	2.509	2.285	(332)	(1.052)
Resultado líquido do exercício	1.086	476	(640)	2.254	(2.355)	(66)	(4.997)	(4.484)	3.960	20.667
Ações ordinárias em circulação no final do período (em milhares)	10.849	10.849	8.981	8.981	2.800	2.800	6.600	6.600	142.690	142.690

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, iniciadas em 01/02/2020, finalizando em 01/02/2021, já renovadas até 01/02/2022.

Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

Bens segurados	Cobertura	Montante da cobertura
Infraestrutura e imobilizados	Incêndio, raio, explosão, impropriedade, queda de aeronave, entre outros	125.000
Responsabilidade civil	Reclamações de terceiros	3.500

26. Eventos subsequentes

Anúncio novo Aquário em Foz do Iguaçu - AquaFoz

O Grupo Cataratas anunciou no dia 02 de março de 2021 a construção do AquaFoz, o aquário de Foz do Iguaçu. Com investimento de cerca de R\$100 milhões, proveniente parte por aporte de capital dos acionistas, parte por financiamento bancário, o parque atuará como um centro de Educação, Pesquisa e Conservação dos ecossistemas das bacias dos rios Paraná e Iguaçu. O AquaFoz será construído em uma área particular, na entrada do Parque Nacional do Iguaçu, ao lado do Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu, na BR-469.